

mirandaalliance

O papel do quadro regulatório como instrumento de promoção de acesso a financiamento

Renato Guerra de Almeida

2 de Julho 2024

1º Seminário de Energia e Clima da CPLP

Lisboa, 2 julho 2024

“O papel do quadro regulatório para promover o acesso a financiamento”

- O quadro regulatório desempenha um papel fundamental na promoção do acesso ao financiamento climático e à aceleração da transição energética.
 - Um quadro jurídico-regulatório e institucional:
 - Sólido,
 - Transparente e,
 - Previsível
- ⇒ É essencial para atrair investidores e tornar os projetos “bancáveis”.

Medidas regulatórias para promover o acesso a financiamento - Exemplos

- A previsão legal da possibilidade de o Governo celebrar acordos diretos com os financiadores e garantir e reconhecer determinados direitos (e.g. *step-in*).
- Garantia *back-to-back* relativamente à resolução do contrato = regime contratual de indemnizações em caso de cessação antecipada do contrato (de concessão) assegurando um *termination payment* equivalente ao valor dos créditos dos financiadores:
 - (i) cessação por motivo imputável ao Governo dá lugar ao pagamento de uma indemnização equivalente ao valor da dívida por pagar e aos retornos de capital que o investidor teria tido;
 - (ii) cessação por motivo imputável à concessionária dá lugar ao pagamento de uma indemnização equivalente ao valor da dívida por pagar.

1º Seminário de Energia e Clima da CPLP

Lisboa, 2 julho 2024

Medidas regulatórias para promover o acesso a financiamento - Exemplos

- A previsão legal relativamente a isenções fiscais e aduaneiras e regime de estabilidade (e.g. isenção de direitos aduaneiros e IVA sobre bens e equipamento importados para o projeto (equivalente a risco político)).
- Mitigação do risco cambial e de liquidez pela previsão contratual (contrato de concessão) de que, caso em determinado momento não existam divisas no mercado e a concessionária fique, por esse motivo, impedida de fazer pagamentos da dívida, tal constituirá um evento de risco político, que é, por sua vez, causa de cessação imputável ao Governo e dá lugar à compensação equivalente ao valor da dívida por pagar e aos retornos de capital que o investidor teria tido
- “Certificação independente” (visto do Tribunal Administrativo): condição de eficácia do contrato (de concessão), o que dá a todas as partes o conforto de que a legalidade do procedimento de adjudicação e o conteúdo do(s) contrato(s) estão conformes à lei aplicável.

1º Seminário de Energia e Clima da CPLP

Lisboa, 2 julho 2024

EXEMPLO: MOÇAMBIQUE (MZ)

IPPs

- 8 implementados
- Rede SAPP (90+ em gestão)

Garantias

Garantias de financiamento

- Step-in
- Take or pay (carta de crédito re aquisição de energia)

1º Seminário de Energia e Clima da CPLP

Lisboa, 2 julho 2024

EXEMPLO: ANGOLA (AO)

IPPs
&
EPCs

- *“Early stage of development”*

Garantias

Projectos com financiamento soberano com suporte de agências de exportação de crédito



Esri, Garmin, FAO, NOAA, Esri, USGS

<https://www.sapp.co.zw/>

Obrigado

Renato Guerra de Almeida
renato.almeida@mirandalawfirm.com

MIRANDA
Miranda & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL